

A educação brasileira é um dos setores que a atual atividade constituinte está jogando na perplexidade. Lembrou um ilustre educador, a esse respeito, que, num terreno tão sério, o que se vê é um desejo de mudar que, se não for bem direcionado, fará muito mais mal do que bem.

A Constituição vigente, afinal, não apresentava problemas no que se refere à definição das questões educativas. O que sempre faltou foi pôr em prática o que ali se previa. Em vez de reforçar o que está feito, entretanto, a mania do momento é criar "novos conceitos".

Com uma penada, ia-se liquidando a possibilidade de que o Estado gaste dinheiro com a educação fora de seus próprios estabelecimentos. Esta é uma formulação puramente teórica — e preconceituosa. Se o Estado apóia a cultura — e esta nunca pode ser um produto "oficial" —, por que não poderia auxiliar a educação, nos casos em que isto for conveniente?

O que falta, realmente, é muito mais uma política efetiva de educação do que conceitos supostamente inovadores. O que falta é definir melhor o que

está sendo feito com as verbas oficiais. Concentrar todas essas verbas no setor público não é nenhuma garantia de que elas serão bem usadas — e é negar oxigênio a instituições e programas em certos casos meritórios, ou até insubstituíveis.

Os constituintes, até agora, perderam-se em generalidades. Está nesse caso a exigência de "escola pública e gratuita em todos os níveis e para todos". Estamos muito longe de ter dinheiro, no Brasil, para satisfazer a uma tal exigência.

Ao invés disso, o que está em funcionamento é um mecanismo perverso: não há dinheiro nem mesmo para estabelecer um ensino básico de verdadeiro alcance — esta sim, uma exigência democrática. Mas há dinheiro para manter durante anos a fio, numa universidade pública, o aluno de boa classe média que chegou a essa "gratuidade" depois de frequentar as melhores escolas particulares — devidamente pagas. O gasto público com esse aluno bastaria para manter numa boa escola primária cinco ou seis crianças atualmente sem ensino. Mas os constituintes insistem, até agora, em legislar para as nuvens.